EMENDA REGIMENTAL Nº 11, DE 2002 126

Altera dispositivos, que menciona, no Regimento Interno do Superior Tribunal Militar (RISTM)

Na $2^{\underline{a}}$ Sessão Administrativa, de 27 de fevereiro de 2002, o Plenário do Superior Tribunal Militar aprovou, nos termos do art. 29 do RISTM, a seguinte Emenda Regimental:

Art. 1º. Os dispositivos do RISTM, abaixo discriminados, passam a vigorar com a seguinte redação:

	"Art. 4"
	II
	f) os feitos originários dos Conselhos de Justificação.
	,
	"Art. 6°
	II
	c) proferir voto nas declarações incidentais de inconstituciona- lidade ou ato normativo do poder público e nos processos adminis- trativos e questões de mesma natureza, inclusive os de qualidade no caso de empate, exceto em recurso de decisão sua;
••	,,
	"Art. 35
	II - Processo oriundo de Conselho de Justificação (art. 158).

¹²⁶ Publicada no DJ 1 de 11.03.2002, p. 489.

"Art.	<i>51</i> .	 	 	 	 	

§ 8º Qualquer Ministro poderá apresentar declaração escrita de voto para os autos, o que deverá ser feito no mesmo prazo previsto no § 4º. Em igual prazo e condições, deverá o Relator ou Revisor, quando vencido, justificar o voto divergente. Se o Relator e o Revisor não integrarem a corrente minoritária, e o feito admitir Embargos de Nulidade e Infringentes do Julgado, a justificativa do voto divergente caberá a Ministro, desta corrente, a ser sorteado.".

.....,

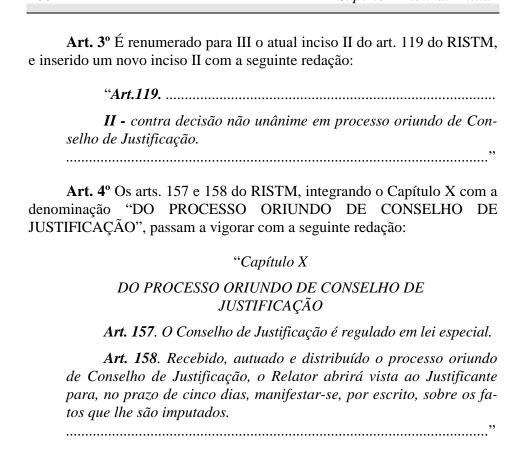
- "Art. 67. O Presidente não participará da discussão e não proferirá voto, salvo:
- *I* nas declarações incidentais de inconstitucionalidade ou ato normativo do Poder Público;
 - II em matéria administrativa.

Parágrafo único. Em caso de empate na votação o Presidente:

- I proclamará a decisão mais favorável ao paciente, réu ou indiciado, nos casos de Habeas Corpus, de matéria criminal, de Representação para Declaração de Indignidade ou Incompatibilidade para com o Oficialato e de processo oriundo de Conselho de Justificação;
- II proclamará a manutenção do ato impugnado no caso de Mandado de Segurança;
- III desempatará, proferindo voto de qualidade, no caso de matéria administrativa.".

§ 1° . Sempre que, antes, no curso ou logo após o relatório, o Relator ou outro Ministro suscitar preliminar, será ela, antes de julgada, discutida pelas partes, que poderão usar da palavra pelo tem-

julgamento.
"Art.80
§ 1°.
IV - se houver dispersão de votos, não se enquadrando a divergência em qualquer das hipóteses previstas nos incisos anteriores, o Presidente escolherá duas das soluções resultantes da votação, submetendo-as à decisão de todos os votantes. Eliminada uma delas, escolherá outra, para o mesmo fim, até que fiquem reduzidas a duas, das quais se haverá por adotada a que tiver maioria, considerando-se vencidos os votos contrários.
"Art. 108.
§ 2º Se o Procurador-Geral da Justiça Militar requerer o arquivamento do inquérito ou das peças informativas, o feito será classificado como Inquérito Policial Militar ou Representação Criminal e encaminhado ao Relator, a quem cabe determinar o arquivamento.
Art. 2º É renumerado para XI o atual inciso X do art. 12 do RISTM, rido um novo inciso X com a seguinte redação:
"Art.12
X - Determinar o arquivamento do Inquérito Policial Militar ou das peças informativas, nos casos de competência originária do Tribu- nal, quando requerido pelo Procurador-Geral da Justiça Militar.



Brasília, DF, 27 de fevereiro de 2002 Ministro Olympio Pereira da Silva Junior Presidente do STM

RETIFICAÇÃO DA EMENDA REGIMENTAL Nº 11, de 2002 127
"Art. 1°
"Art. 6°
II
c) proferir voto nas declarações incidentais de inconstituciona- idade de lei ou ato normativo do poder público e nos processos ad- ninistrativos e questões de mesma natureza, inclusive os de qualida- le no caso de empate, exceto em recurso de decisão sua;
"Art. 67
I - nas declarações incidentais de inconstitucionalidade de lei
ou ato normativo do Poder Público;

Ministro Alte Esq CARLOS EDUARDO CEZAR DE ANDRADE Vice-Presidente do STM, no exercício da Presidência

Brasília-DF, 11 de março de 2002

¹²⁷ Publicada no DJ 1 de 13.03.2002, p. 380.